

SismMando

Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM - 2015/2017

www.sismmar.com.br



Prepare-se para lutar!

cargos em comissão na Prefeitura.

Expectativa

Outro projeto aguardado para os próximos dias é o que altera o Estatuto e o PCCV dos servidores municipais. A discussão e votação deste aí deve dar muito pano pra manga.

O Popular - 31 de agosto de 2017

Diário Oficial

NENHUM DIREITO A MENOS!

Campanha de Lutas

Prefeito retira projeto que mudava data-base

Categoria suspeita que a proposta pode retornar no pacote que é preparado contra servidores

No dia 1º de setembro foi realizada reunião entre as direções sindicais e vereadores para tratar do projeto de lei que altera a data-base de reajuste. O prefeito enviou no mês de julho sua proposta para mudar de junho para novembro a data de referência das negociações da pauta de reivindicações.

Os parlamentares pediram ao prefeito que retirasse o projeto. Fizeram o contato por telefone e o convidaram a se fazer presente. Hissam compareceu à reunião. Encerrou a tramitação do projeto e garantiu que não o re-presentaria.

Este recuo é uma vitória dos servidores, que vinham pressionando o poder público contra mudança na data-base. Foi em reunião que tratava deste assunto que Hissam se destemperou e abandonou a sala, rompendo as negociações.

Porém, se antes o prefeito fez toda a cena para não retirar o projeto, agora não demonstrou a mesma determinação.

Por isto, a categoria vai permanecer alerta, pois é possível que a proposta de mudar a data-base entre no pacote que o prefeito prepara contra os servidores.

Sindicato

Congresso do Sismmar será no final do ano

A direção sindical já começou a organizar o Congresso do Sismmar. As datas indicadas para acontecer seriam em 30 de novembro e 1º de dezembro. Ainda não estão confirmadas.

A ideia é se realizar análise da conjuntura na quinta à noite, os debates em grupos na sexta de manhã e a plenária final na sexta à tarde. A proposta será

finalizada em breve.

Neste mês de setembro será realizada assembleia para aprovar a pauta e o regulamento do congresso e escolher a comissão que organizará o debate.

O evento deve ocorrer vinte dias após as eleições sindicais e delineará os princípios de ação para a direção sindical que tomará posse em janeiro próximo.

Jurídico

Advogados do Sismmar assumem processos do IPMA

Os advogados do Departamento Jurídico do Sismmar informam que passaram a representar os servidores em ações relativas ao IPMA.

Estes processos eram encaminhados pelo advogado Luís Anselmo Arruda Garcia, que assessorou o Sismmar nos anos 90.

Recentemente, Garcia repassou aos advogados Ludimar Rafanhim, Camila Rafanhim Borba e Filipe Borba o cuidado com estas ações, que já estão próximas da

conclusão.

O motivo das ações foi que de 1989 a 1998 a Prefeitura realizou descontos nos salários para a Previdência, mas não repassou os valores ao Instituto de Previdência Municipal de Araucária. Este desleixo do poder público inviabilizou o IPMA e obrigou o Município a reorganizar a Previdência no atual FPMA.

Vários professores entraram na Justiça para reaver os valores que foram descontados e apropriados pela

Violência

Comunidade escolar protesta por paz e segurança

Professores, funcionários, pais e estudantes da Escola Municipal Eglé Cordeiro Pinto promoveram um ato público na tarde de 9 de agosto, uma quarta-feira.

A manifestação convocada pelo Conselho Escolar protestou contra os recorrentes atos de violência que têm afetado a vida escolar.

Desde junho foram três arrombamentos de carros de professores. O estopim para o protesto foi uma briga com ameaça de morte entre pessoas que não têm relação com a unidade de ensino em local que pertence à escola.

Estes incidentes ocorreram no espaço onde foi instalada uma academia ao ar livre, de acesso à comunidade. A área compartilha também o estacionamento, uma cancha sem cobertura e banheiros.

A comunidade escolar propõe que o portão do estacionamento tenha acesso restrito a quem lá estuda ou trabalha. Uma possibilidade é separar da escola a academia ao ar livre por um muro



Eloísa Helena Grilo representou o Sismmar no ato da escola Eglé

ou cerca para que continue a atender a comunidade. “Ou que se faça uma praça para ter um espaço de lazer aqui no Califórnia”, propôs uma professora.

Os manifestantes pediram atenção do poder público, com medidas de segurança e maior policiamento, além das obras.

A coordenadora geral do Sismmar Eloísa Helena Grilo defendeu políticas públicas para gerar emprego e renda para os trabalhadores, e investimento no serviço público para assegurar educação, saúde e segurança à população. “É preciso atacar a causa da violência, não apenas os seus efeitos”, afirmou.

Substituição

Sindicato negocia critérios com Smed

O Sismmar participa de uma comissão com a Smed para construir uma proposta para regulamentar as substituições. Pelo entendimento do Sismmar, a substituição é uma situação transitória na carreira do magistério e não pode ser utilizada para rebaixar salários e direitos.

A categoria reivindica garantias para os professores que trabalham no regime de substituição. Uma delas é de que ocorra o desconto para a Previdência sobre este contrato, a fim de que o profissional possa receber seus benefícios na aposentadoria.

Foi inclusive enviado

um pedido ao FPMA para que se manifeste a respeito desta proposta. O contrato de substituição deve assegurar ao professor os mesmos direitos que ele tem no seu padrão, já que os deveres são os mesmos. A categoria quer que falta por licença médica não seja motivo de desconto salarial, por exemplo.

Outra questão é definir critérios objetivos para a seleção de profissionais para preencher as vagas de substituição. O sindicato defende ter direito a vaga o professor com mais tempo de carreira e, portanto, mais experiência.

Estado de Greve

Alerta! Vem aí o pacote contra PCCV!

Projeto para alterar plano de carreira pode chegar logo à Câmara. Magistério se organiza para resistir

Prepare-se! É só questão de tempo para o prefeito Hissam enviar à Câmara de Vereadores um projeto de lei para mudar o Plano de Carreira. Como o governo trabalhava com o prazo até 31 de agosto para finalizar a proposta, nos próximos dias devem aparecer surpresas. Tudo indica que serão desagradáveis.

O Popular já publicou nota anunciando que o projeto deve ser enviado à Câmara Municipal nos próximos dias.

Os professores não sabem quais alterações serão apresentadas e quais impactos as medidas causarão. As direções do Sismmar e do Sifar reivindicaram participar dos debates sobre as mudanças na carreira. O governo chegou a aceitar o pedido e na ocasião foi apontado o prazo até o final de agosto.

Porém, no final de julho o prefeito Hissam teve um gesto intempestivo e, unilateralmente, encerrou as negociações. Virou as costas para todos os servidores.

A postura não surpreende. Hissam já demonstrara menosprezo aos professores ao recusar a participação no debate promovido pelo Sismmar durante a campanha eleitoral. Não veio defender suas propostas, nem assumiu qualquer compromisso com o Magistério.

Vale-alimentação

No final de agosto, as diretorias do sindicatos voltaram à Prefeitura para reunião que havia sido agendada em junho e estava registrada em ata.

As sindicalistas procuraram a Secretaria de Gestão de Pessoas para tratar do vale-alimentação. Os trabalhadores querem garantir no orçamento de 2018 o recurso necessário para reajustar seu valor. Também querem sua correção automática junto com os salários. No entanto, a secretária Dayane Stall cancelou a reunião e não recebeu os servidores.

Há outras datas acertadas com autoridades até outubro para debater assuntos



de interesse dos trabalhadores. São temas que ficaram pendentes das negociações da data-base, em junho.

As diretorias do Sismmar e do Sifar afirmam que nos dias e horários previamente acordados estarão no Paço Municipal para insistir por negociações.

Quem não quer dialogar é o prefeito Hissam. Isto deve deixar cada professor e professora em estado de alerta. Desde o início do ano o governo vem acenando com o a retirada de direitos. Com esta postura, Hissam está se afilando aos demais governantes na escalada autoritária que estamos presenciando.

É brutal o ataque contra os servidores. E faz parte do avanço contra os direitos de toda a classe trabalhadora. Estão violando o direito ao trabalho, ao bom salário, à educação, à saúde, aos serviços públicos.

É hora do Magistério reagir. É hora de resistir! Nenhum direito a menos!

Aposentados

TJ reconhece direito ao reenquadramento

Professores que já tinham se aposentado antes de 2008 não foram incorporados ao atual Plano de Carreira da categoria. Eram profissionais com direito à isonomia e paridade com o pessoal em atividade. Portanto, deveriam ter recebido enquadramento na nova tabela de acordo com sua vida profissional.

O governo municipal nunca respeitou o direito. Por um bom tempo a direção sin-

dical e o Coletivo de Aposentadas/os buscaram resolver a questão pela negociação. Sem obter sucesso, apelaram à Justiça.

Os professores ganharam o processo em primeira instância. O prefeito não pagou e recorreu ao Tribunal de Justiça. Em segunda instância, o TJ confirmou a sentença favorável para a ação coletiva organizada pela assessoria jurídica do Sismmar.



No encontro de 30 de agosto do Coletivo de Aposentadas/os, as professoras comemoraram a vitória no TJ

A decisão do TJ foi até melhor. A juíza de primeira instância reconheceu o direito apenas aos professores relacionados na ação. O jurídico do sindicato recorreu, defendendo que o direito deve ser reparado a todos os prejudicados. Os desembargadores acataram o recurso do Sismmar e ampliaram o alcance

da sentença.

Agora cabe ao prefeito Hissam tomar uma decisão política. Ou ele reconhece o direito e encerra o processo ou recorre ao Superior Tribunal de Justiça ou até ao Supremo Tribunal Federal.

O entendimento de que esses aposentados têm direito ao reenquadramento é só-

lido. Dificilmente será revertido em instâncias superiores.

Recorrer apenas retardará a decisão e causará mais desgastes, além de avolumar ainda mais a dívida do Município com esses professores.

Coletivo - O Coletivo de Aposentadas/os reúne-se todos os meses para conversar sobre os assuntos de interesse do segmento, organizar suas lutas e também para combinar passeios. É sempre na última quarta-feira do mês. O próximo encontro será às 13h30 de 27 de setembro.

Ouçá o programa **ESPAÇO EDUCAÇÃO!**

Todos os sábados
das 9 horas às 9h30min
Rádio Iguassu, AM 830 khz

Ou pelo site www.radioiguassu.com.br

Ouçá e dê sua opinião!
Participe com críticas e sugestões!



Pedagogas

Regulamentação pode gerar perda de direitos

Se o exercício profissional da Pedagogia sair da carreira do magistério, aposentadoria especial pode cair

Tramita no Congresso Nacional projeto de lei que propõe a regulamentação da profissão de pedagogo. A proposta apareceu neste ano, defendida por um deputado do PSD de São Paulo, do ramo da educação privada.

Passou pelas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça e já foi encaminhado ao Senado. Sequer passou pela Comissão de Educação da Câmara, mas houve o requerimento de uma deputada para que isto ocorra.

Ao querer regulamentar a profissão de pedagogo, os parlamentares desconstruem

a unidade do fazer docente, do planejamento, elaboração e execução. Em resumo, divide professores e pedagogos em funções distintas, quebrando a unidade educacional e a unidade profissional.

Custou muita luta às pedagogas superar esta dualidade, que negava direitos a elas. Um deles é a aposentadoria especial, que o Município de Araucária teima em não reconhecer.

Para superar o problema, o Sismmar defende a proposta para mudar a nomenclatura do cargo de profissional da educação para professor, no

PCCV. Assim, todos são considerados professor: Professor Docência I, Professor Docência II e Professor Pedagogo.

Todos estão incluídos na carreira do Magistério, unidos pelo princípio da Docência. Se os pedagogos saem da carreira do magistério, seus direitos como professor podem ser questionados.

A aposentadoria especial recebe golpe de morte. Outros direitos também podem ser atacados, como a hora-atividade, piso salarial e jornada de trabalho, entre outros, previsto em planos de carreira dos professores.

Portanto, é inequívoca a retirada de direitos dos pedagogos que atuam dentro da carreira do magistério.

Conselhos

Outra proposta incluída na regulamentação é a criação de conselhos regionais e do Conselho Federal de Pedagogia.

Isto significa a criação de toda uma organização burocrática desnecessária para controlar o exercício da profissão e normatizar a jornada de trabalho, função, atribuições e piso salarial. A estrutura será sustentada pelos próprios

pedagogos.

Uma olhada pelo que ocorre com os professores de Educação Física depois da criação dos conselhos regionais e do Conselho Federal de Educação Física dão ideia do que pode acontecer. Leia no quadro.

A estrutura é desnecessária porque as atribuições e as funções dos pedagogos dentro da escola já estão garantidas pelas diretrizes curriculares do curso de Pedagogia e das atribuições previstas dentro dos planos de carreiras do magistério.

Sistema Confef/Crefs faz pressão ilegal sobre professores de Educação Física

CNTE - Os professores de Educação Física enfrentam intensa pressão para se registrarem no Sistema Confef/Crefs (Conselho Federal de Educação Física e Conselhos Regionais).

Há algum tempo, os professores de Educação Física confirmaram exigência única da comprovação de titulação e/ou habilitação para o exercício do magistério. Não cabe a exigência de inscrição em órgão de controle do exercício de profissão

regulamentada para atuar como professor de Educação Física em unidade educacional. Basta o diploma.

Os conselhos são reconhecidos para profissionais de Educação Física que atuam como treinadores de modalidades esportivas e em academias.

No entanto, o Sistema Confef/Crefs atua como verdadeiro lobby junto às secretarias estaduais e municipais de educação. Eles querem impor a exigência de registro

profissional na realização de concursos públicos para o magistério.

Denúncias têm sido feitas em várias regiões do país, acerca da fiscalização coercitiva nas escolas. A ação infringe as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão legítimo de regulamentação das licenciaturas e do exercício da docência no Brasil. A ação gera, ainda, dentre os inúmeros problemas, casos de profissionais inscritos na dívida ativa.



Plano Municipal de Educação

19ª sessão do Fórum da Escola Pública será em outubro

A comissão organizadora do Fórum Municipal em Defesa da Educação Pública, Laica e Gratuita marcou para outubro a realização da 19ª Sessão Plenária. A data e o formato ainda estão em discussão.

A fim de permitir maior participação de pessoas, foi feita consulta às unidades educacionais. Os professores responderam se na escola ou Cmei preferem as datas de 19 e 20 de outubro ou 26 e 27 de outubro. Também disseram se querem os debates pela manhã e tarde de quinta e sexta-feira, ou quinta à noite e sexta o dia inteiro?

A consulta foi realizada pelo Sismmar, integrante da Comissão Orga-



nizadora. Com o retorno das unidades educacionais, a comissão vai definir estas e outras questões na reunião agendada para 11 de setembro, no Sismmar.

O tema proposto para discussão é o Plano Municipal de Educação aprovado em junho de 2015. Após dois anos de vigência, quais são suas prioridades, perspectivas e desafios?

A comissão propõe a realização de uma semana de formação para discutir o andamento do Plano Nacional de Educação. Esta ideia ainda está ganhando corpo.

Para a palestra de abertura, deverão ser convidados representantes

da Smed, Sismmar e da academia.

A Secretaria da Educação pode expor como tem se organizado para cumprir as metas do PME.

O Sismmar deve relatar a experiência histórica de construção do Plano. Foram elaboradas três propostas pela sociedade civil e rejeitadas pelo poder público antes do atual PME, o primeiro aprovado.

Por fim, um/a pesquisador/a será convidado/a a fazer uma articulação entre o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal.

Traça-se assim a conjuntura político-educacional para qualificar o debate da sessão plenária.

Eleição sindical

Aberta a inscrição de chapas e candidaturas

De 6 de setembro a 5 de outubro professores sindicalizados podem se inscrever ao pleito de novembro

A eleição para escolher a Diretoria Colegiada Plena e o Conselho Fiscal do Sismmar será no dia 9 de novembro de 2017. Os eleitos conduzirão as lutas do magistério municipal pelo triênio 2018-2020.

Haverá urnas fixas e itinerantes para recolher os votos. O edital de convocação das eleições, o regimento do pleito e os formulários para o registro de chapas estão à disposição dos interessados na sede do Sismmar e no site do sindicato sismmar.com.br.

Agora em setembro abre o prazo para a inscrição de chapas para a Diretoria Colegiada e de candidaturas individuais para o Conselho Fiscal. Será a partir do dia 6 até 5 de outubro.

Podem concorrer para a Diretoria Colegiada Plena chapas completas em lista única, com no mínimo 21 membros, sendo 14 titulares e 7 suplentes. Como a diretoria é colegiada, neste momento não há



indicação dos cargos a serem ocupados. Na primeira reunião após a posse os eleitos definem os cargos e os dirigentes liberados.

A inscrição para o Conselho Fiscal ocorre por candidaturas individuais. Serão eleitos titulares os três professores mais votados. Comporão a

suplência, pela ordem, os três mais votados em sequência.

Pode se candidatar professor/a que ingressou no Quadro Próprio do Magistério

até 8 de novembro de 2016 e se sindicalizou até 8 de agosto de 2017, quites com as mensalidades sindicais.

Há alguns impedimentos para que professores se candidatem. Um deles é ter lesado o sindicato. Não há ninguém nesta situação, denunciado ou com contas desaprovadas. Se lesou o patrimônio público também não pode se candidatar.

Outro impedimento é ter ocupado função de confiança ou cargo em comissão na administração municipal até um ano antes de acabar o prazo para registro, que é 5 de outubro.

Por fim, um dispositivo que impede candidaturas foi estabelecido pela categoria para assegurar a renovação das lideranças. Ele proíbe o registro de professores que tenham ocupado cargo na Diretoria Colegiada Plena nos últimos dois mandatos seguidos.

Plano Nacional de Educação

Governo federal veta recursos, boicota Conae e solapa PNE

Uma das metas do golpe é destruir a educação pública. Portanto, não foi surpresa o veto do presidente golpista Michel Temer (PMDB) aos recursos para a educação na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018. O veto inviabiliza o combalido Plano Nacional de Educação. O governo federal está falido e os recursos do Pré-Sal para a educação já foram esquecidos.

Além destes e outros ataques à educação, o governo federal interveio no Fórum Nacional de Educação (FNE) e mudou sua composição para e inviabilizar a Conae 2018. O objetivo desta Conferência Nacional de Educação seria avaliar o cumprimento do PNE. O objetivo do governo é destruir o plano.

Não foram tomadas as medidas necessárias, em tempo hábil, para viabilizar as etapas municipais e estaduais da Conae. Também não contrataram consultores para elaborar o documento referência. Quem estava fazendo este esforço era o FNE de antes do golpe, por meio de um grupo de trabalho formado por cinco representantes do MEC e cinco da sociedade civil. O documento foi rejeitado pelo



FNE pós-golpe e não há nenhuma referência para que o debate ocorra. Até o momento não há documento com as orientações para a construção das etapas municipais e estaduais.

Não há orçamento para Conae 2018. Não foi autorizada ou adotada qualquer medida relativa ao suporte técnico. Não foi tomada providência

em relação aos sistemas de gerenciamento e relatoria da Coane e para a preparação de equipes para operacionalizá-los. O Portal do FNE está paralisado há mais de um ano.

A criação do Plano Nacional de Educação e do Sistema Nacional de Educação é resultado de toda uma história de luta da educação. Uma história que escreveu o capítulo de educação na Constituição Federal. Elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e neste século avançava para as conferências, o PNE e o sistema.

Como as conferências tinham previsão legal e não eram realizadas, o movimento da educação promoveu a Coned (Conferência Nacional de Educação) de forma independente, com etapas municipais e nacionais. Seguiram a experiência dos fóruns de educação. Elaboraram um PNE popular e encaminharam ao Congresso Nacional. A iniciativa obrigou o governo

FHC, em 2000, a apresentar o seu PNE. O plano aprovado não foi construído pela educação, mas foi o primeiro oficial da história.

No governo Lula, o movimento da educação conseguiu que o Estado assumisse a responsabilidade de elaborar o PNE com a participação de todos os sujeitos que fazem a educação: professores, estudantes, pais, gestores públicos e privados, organizado por um Fórum Nacional de Educação plural, republicano e democrático.

Agora, todo este avanço é desconstruído, ao transformar o FNE em mero um apêndice rebaixado do MEC, ao boicotar a Conae e solapar o PNE.

Por este motivo, as entidades da sociedade civil que compunham o FNE decidiram criar o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Entre as elas está a CNTE. Sua função será pressionar o governo federal em favor dos planos de educação e organizar a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape).

Mais uma vez o movimento da educação se reorganiza na resistência, como fazia nos anos 90.

TABELA DO MAGISTÉRIO - LEI MUNICIPAL 1835/2008

Tabela em vigor a partir de 1º de julho de 2017, com reajuste de 3,4%. Lei Municipal 3.125/17

CLASSE I - Professoras/es de 1ª a 4ª séries

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0101A	Nível I	1.610,21	1.674,62	1.741,61	1.811,27	1.883,72	1.959,07	2.037,43	2.098,56	2.161,51	2.226,36	2.293,15	2.361,95	2.432,80	2.481,46	2.531,09	2.581,71	2.633,35	2.686,01	2.739,73	2.794,53
C0102A	Nível II	2.012,76	2.093,27	2.177,00	2.264,08	2.354,64	2.448,83	2.546,78	2.623,19	2.701,88	2.782,94	2.866,43	2.952,42	3.040,97	3.101,79	3.163,83	3.227,10	3.291,65	3.357,48	3.424,63	3.493,12
C0103A	Nível III	2.415,31	2.511,92	2.612,40	2.716,90	2.825,57	2.938,59	3.056,14	3.147,82	3.242,26	3.339,52	3.439,71	3.542,90	3.649,19	3.722,17	3.796,62	3.872,55	3.950,00	4.029,00	4.109,58	4.191,77
C0104A	Nível IV	2.656,83	2.763,10	2.873,63	2.988,57	3.108,12	3.232,44	3.361,74	3.462,59	3.566,47	3.673,46	3.783,67	3.897,18	4.014,09	4.094,37	4.176,26	4.259,78	4.344,98	4.431,88	4.520,52	4.610,93
C105A	Nível V	3.055,35	3.177,56	3.304,67	3.436,85	3.574,33	3.717,30	3.865,99	3.981,97	4.101,43	4.224,47	4.351,21	4.481,74	4.616,20	4.708,52	4.802,69	4.898,75	4.996,72	5.096,65	5.198,59	5.302,61
		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 anos		24-26 anos		27-29 anos	

CLASSE II - Professoras/es de 5ª a 9ª séries e pedagogas/os

Código	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
C0201A	Nível I	2.012,76	2.093,27	2.177,00	2.264,08	2.354,64	2.448,83	2.546,78	2.623,19	2.701,88	2.782,94	2.866,43	2.952,42	3.040,99	3.101,81	3.163,85	3.227,13	3.291,67	3.357,50	3.424,65	3.493,14
C0202A	Nível II	2.415,31	2.511,92	2.612,40	2.716,90	2.825,57	2.938,59	3.056,14	3.147,82	3.242,26	3.339,52	3.439,71	3.542,90	3.649,19	3.722,17	3.796,62	3.872,55	3.950,00	4.029,00	4.109,58	4.191,77
C0203A	Nível III	2.656,83	2.763,10	2.873,63	2.988,57	3.108,12	3.232,44	3.361,74	3.462,59	3.566,47	3.673,46	3.783,67	3.897,18	4.014,09	4.094,37	4.176,26	4.259,78	4.344,98	4.431,88	4.520,52	4.610,93
C0204A	Nível IV	3.055,35	3.177,56	3.304,67	3.436,85	3.574,33	3.717,30	3.865,99	3.981,97	4.101,43	4.224,47	4.351,21	4.481,74	4.616,20	4.708,52	4.802,69	4.898,75	4.996,72	5.096,65	5.198,59	5.302,56
C0205A	Nível V	3.819,19	3.971,96	4.130,84	4.296,07	4.467,91	4.646,63	4.832,49	4.977,47	5.126,79	5.280,60	5.439,01	5.602,18	5.770,25	5.885,66	6.003,37	6.123,44	6.245,90	6.370,82	6.498,24	6.628,20
OBS*		0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 a		24-26 anos		27-29 anos	
			0-2 anos		3-5 anos		6-8 anos		9-11 anos		12-14 anos		15-17 anos		18-20 anos		21-23 anos		24-26 anos		27-29 anos

*OBS. Pedagogos/as nomeados/as antes de 01/01/2008 - Tabela disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas da PMA

AGENDA

SETEMBRO

- Dia 5**
Conselho de Representantes
8h30 e 13h30, no Sismmar
- Dia 6**
Docência II - Prazo final para
hora-atividade coletiva, na escola
- Dia 18**
Docência II - Prazo final para
enviar ao Sismmar as conclusões
da hora-atividade coletiva
- Dia 19**
Coletivo de Pedagogas/os
8h30 e 13h30, no Sismmar
- Dia 23**
28º aniversário
da fundação do Sismmar
- Dia 27**
Coletivo de Aposentadas/os
13h30, no Sismmar

OUTUBRO

- Dia 4**
Conselho de Representantes
8h30 e 13h30, no Sismmar

 **Portal**
sismmar.com.br

 **Facebook**
Sismmararauraria

 **WhatsApp**
(41) 9 8753-5167

SINDI
CAL
IZE-SE!

PRESTAÇÃO DE CONTAS

MAIO DE 2017

SALDO EM 30 ABRIL DE 2017	
Bancário	10.462,08
Aplicações	125.953,82
TOTAL	136.415,90
RECEITAS	
Repasse PMA	7.605,15
Repasse FPMA	5.819,36
Retirada Aplicação	3.224,03
DESPESAS	
Assessorias e Serviços	
Dieese	645,86
Contabilidade	981,00
Assessoria Jurídica	9.522,21
Fotocopiadora	323,00
Manutenção Site	254,00
O Popular	600,00
Gráfica	3.678,00
Motoboy	845,00
Repasse	
CNTE	1.690,63
ASPP	2.240,00
Campanha de Lutas	
Rádio Iguassu	1.500,00
Rateio das camisetas	3.415,00
Faixas	50,00
Auxílios	
Lanches e refeições	1.564,00
Formação sindical	
CNTE e outros	444,80
Sede	
Copel	177,98

Sanepar	146,00
Telefone fixo	287,97
Telefone Móvel	579,00
Água Mineral	156,00
Segurança	160,00
Mercado	629,72
Reforço de caixa	1.500,00
Material de limpeza	563,60
Cadeira de escritório	189,00
Papelaria	509,05
Informática	140,00
Lavanderia	188,00
Trabalhadores	
Auxilio refeição	1.783,70
Auxilio transporte	518,00
Plano de saúde	2.002,62
Salários e vales	8.470,97
CIEE-estagiária jurídico	933,35
Impostos e taxas	
PIS,FGTS,INSS,IPTU,ISS	5.275,74
Custos Jurídicos	795,34
Custos bancários	135,85
Outras despesas	
Correio	513,05
Veículo	
Seguro	234,48
Combustível	360,00
Estacionamento	12,40
SALDO EM 31 MAIO DE 2017	
Bancário	14.277,32
Aplicações	122.760,00
TOTAL	137.037,32



Gestão SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM
2015-2017

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária

Av. Beira Rio, 31, Bairro Iguacu, Araucária, PR. CEP 83.701-090
Fone/fax (41) 3642-1280. Celular/whatsapp (41) 98753-5167.
Email sismmar@gmail.com

Diretoria - Coord. Geral: Eloísa Helena Grilo e Hector Paulo Burnagui; **Administrativa**: Josiane Furman e Josiel dos Santos Lima; **Finanças**: Simeri R Calisto e Roseane de Araújo Silva; **Organização Sindical**: Gilziane Queluz e Verieli Della Justina; **Comunicação**: Giovana Piletti e Alice Unicki; **Assuntos Pedagógicos e Formação Política**: Tatiane Penkal e Ana Paula Vansuita; **Aposentados**: Eley Luvizon e Irene de Lima; **Suplentes**: Mara Correa Martins, Leandro de Oliveira, Gilziely dos Santos, Kathleen Marczynski, Silvana Della Torre, Pércides Barcellos, Lilian Strechar. **Atendimento** - Adrielle Montanha, Nilce Leda Pereira e Nair Diel. **Redação, edição e editoração** - Luiz Herrmann (DRT-2331). Gráfica Mansão. 1500 exemplares.

Docência II

Dados da Carreira e Estadualização

O repasse apressado dos Anos Finais ao Estado pode prejudicar estudantes, professores e a comunidade

Nas mesas de negociação com o Sismmar, a Smed apresenta o número de professores/as na iminência de se aposentar como justificativa para defender o processo de estadualização. O secretário da Educação afirma que a falta de profissionais inviabilizará o atendimento aos anos finais do Ensino Fundamental.

O Sismmar sistematizou os dados oficiais acerca do número de professores/as da Docência II, tanto dos que atuam em sala de aula como os que estão na direção de escola, no atendimento aos estudantes com defasagem de conteúdo, Programa Mais Educação e atividades na Smed, entre outros.

Neste levantamento foi possível quantificar o total de professores/as nas diferentes áreas de atuação e cruzá-los com os dados das aposentadorias iminentes.

A TABELA 1 apresenta o universo dos 440 professores/as da Docência II, organizados por disciplina e de acordo com a situação em que se encontram atualmente: atuando em UE (unidade educacional), fora de regência (laudo), licenças sem vencimentos e atuando em outros espaços não caracterizados como UE.

A TABELA 2 destaca o total de professores que irão adquirir o direito à aposentadoria de 2017 a 2020 e a quantidade destes com direito à implantação de progressões por titulação e/ou certificação. Os dados não são definitivos, pois não foi possível ter acesso ao tempo averbado na totalidade, uma vez que é possível se averbar a qualquer tempo anterior à solicitação da aposentadoria, assim como adquirir o direito à mesma, não obriga o/a professor/a a requerê-la.

A TABELA 3 demonstra a quantidade de professores/as atuando com regentes nas UE de acordo com a disciplina e o turno de atuação.

Ao confrontarmos as tabelas, percebemos que a celeridade adotada pela administração em estadualizar todas as escolas de 6º ao 9º ano não se justifica, pois essas aposentadorias

não podem ser dadas como certas devido às progressões não pagas.

Este cenário não aponta para a inviabilidade do atendimento, como afirma a Smed. Derruba a necessidade de manter as estadualizações sem garantir a continuidade da carreira por meio de um planejamento estruturado e de um plano que viabilize a movimentação dos profissionais.

Há ainda que se considerar a alternativa da contratação mediante substituições (prática comum) e de concurso as áreas necessárias.

O processo de estadualização muitas vezes acarreta danos a professores/as, estudantes, comunidade e ao erário, ao entregar equipamentos municipais à administração estadual.

É recomendado que o/a estudante ingresse em escola que comporte todo o Ensino Fundamental e que nela permaneça ao longo de sua formação. Da mesma forma, recomenda-se reduzir a rotatividade de profissionais na rede. Com continuidade, o planejamento pode ser melhor elaborado. Constroem-se vínculos significativos entre estudantes e trabalhadores/as, que são fortalecidos pelo maior tempo de convivência. Esta realidade pode garantir atendimento que contemple as especificidades, além de fortalecer o processo de inclusão.

Atendimento Especializado

O município também oferta Atendimento Educacional Especializado e/ou profissional de apoio aos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação por meio de salas de recurso multifuncional em contrato, entre outros atendimentos, nos Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE-AV; CMAEE-AI; CMAEE-Surdez; CMAEE-TGD). Isto ocorre tanto para os Anos Iniciais como para os Anos Finais. A rede estadual de educação não conta com essa rede de atendimentos, fato que pode acarretar em grande número de reprovações.

Observe os exemplos de três es-

TABELA 1 - Quantidade de professores/as da Docência II por disciplina e situação

Disciplina	Total	Manhã	Tarde	Regentes em UE	Fora de regência	Licença s/ vencimentos	Fora das UE	Fora de regência nas UEs
Arte	39	26	13	27	1	0	11	12
Ciências	54	35	19	36	7	2	8	17
Ed. Física	81	52	29	38	2	0	41	43
História	43	20	23	34	3	0	6	9
L. Inglesa	37	19	18	27	1	0	9	10
Geografia	39	18	21	30	2	2	5	9
Matemática	75	34	41	67	3	2	3	8
L. Portuguesa	72	32	40	57	6	1	8	15

Fonte: Smed - abril/2017

Professores do 6º ao 9º ano estão na luta

Os professores da Docência II têm a defesa da carreira como principal meta. Não podia ser diferente. Eles estão atentos para evitar que a carreira seja colocada em extinção. Também já se puseram em movimento para agir diante da estadualização das turmas do 6º ao 9º ano.

Junto com o Sismmar, esses professores acompanham as negociações para a entrega das matrículas ao Estado. Eles querem formular um plano de movimentação no Quadro do Magistério que respeite a formação e a

opção de escolha de cada profissional da Docência II. Todas as decisões precisam passar por ampla discussão no interior das escolas.

De 1º a 6 de setembro, as escolas com turmas dos anos finais realizam Hora-Atividade Coletiva, com o objetivo de discutir um documento elaborado pelo Sismmar com dados sobre a carreira e o processo de estadualização. As conclusões e os encaminhamentos sugeridos devem ser enviados ao sindicato até o dia 18 de setembro pelo e-mail sismmar@gmail.com.

tudantes de Araucária que fazem uso desses atendimentos:

Exemplo 1: A primeira estudante está matriculada em unidade onde os/as professores/as perceberam dificuldades em seu processo de aprendizagem, desenvolvimento, autonomia e interação social.

Desde que iniciou o atendimento especializado, o progresso na aprendizagem manifestou-se significativo, chegando a alcançar a nota máxima nas avaliações. Ela se relaciona melhor com colegas e tem maior autonomia para realizar atividades, tarefas e avaliações.

Exemplo 2: O segundo estudante, com o atendimento de profissional de apoio, passou a interagir em diversas situações de aprendizagem e convivência em que anteriormente demonstrava insegurança e dificuldades. O atendimento individual e o acompanhamento de seu desenvolvimento por meio dos registros escolares demonstram o avanço que ele obteve para realizar atividades de maneira autônoma e se apropriar dos conteúdos. Este atendimento também auxilia na socialização. Sem este cuidado, o estudante apresentaria muita dificuldade em expressar suas necessidades e interagir.

Exemplo 3: Em 2016, um estudante que frequentava o 5º ano em escola do município, perderia o atendimento no CMAEE-AI a partir de 2017, caso permanesse em escola que passou para o processo de dualidade administrativa, com os Anos Finais administrados pela rede estadual, que não oferta esses atendimentos. O município oferece somente aos

TABELA 2 – Número de Prováveis aposentadorias e Progressões Deferidas.

Área	*Prováveis aposentadorias	**Direito à progressão
Arte	16	06
Ciências	15	09
Educação Física	18	6
História	09	07
Língua Inglesa	12	10
Geografia	22	10
Matemática	25	10
L. Portuguesa	33	13

* Dados de possíveis aposentadorias em 2017 fornecidos pela Smed em agosto/2017, mais as projeções para 2018, 2019 e 2020 com base nos dados de abril/2017.

**Progressões verticais e/ou horizontais deferidas e não pagas desde 2013.

estudantes da rede municipal. Para garantir o atendimento, o estudante precisou ser transferido para escola municipal longe de sua residência.

O Sismmar historicamente organiza e encaminha junto à base do Magistério a luta em defesa da carreira dos/as professores/as e da oferta de educação de qualidade a todos/as estudantes da Rede Municipal.

Nesse sentido, este artigo busca fundamentar algumas das inúmeras perdas que a estadualização pode acarretar para as comunidades escolares. Também reafirma que a justificativa da possível falta de professores/as devido a aposentadoria não se configura como motivo para a sua continuidade de maneira “atropelada” e sem dar as mínimas garantias e perspectivas de carreira aos/as professores/as.

TABELA 3 – Professores por disciplina e período nas UE

	ARTE	CIÊN	ED. FÍS	HIS	ING	GEO	MAT	POR
Manhã	15	16	17	17	14	14	23	23
Tarde	10	11	12	11	10	10	17	16
Total	25	27	29	28	24	24	40	39

Fonte: Dados fornecidos pelas escolas em agosto/2017.

Tempos sombrios

Fundamentalismo combate a diversidade

Projeto escola sem partido volta à Câmara de Curitiba e revela a mente obtusa dos seus propositores

A professora mandou recado na agenda dos alunos de 4 e 5 anos informando que a turma do pré faria uma apresentação sobre Diversidade e pedindo que as crianças fossem com roupas coloridas.

Uma mãe achou estranho e comentou o assunto num grupo de WhatsApp. Assim, a história rodou e cresceu, relata o jornalista Rogério Galindo, da Gazeta do Povo. Quando chegou aos ouvidos do pastor da igreja Sara Nossa Terra, o vereador de Curitiba Thiago Ferro (PSDB), foi criado o factóide.

Ao invés do vereador procurar a escola e se esclarecer, o parlamentar levou sua bancada para reclamar na Secretaria da Educação. Ferro estava convencido de que tinha em mãos um argumento em favor do seu projeto escola sem partido, apresentado em parceria com os vereadores Ezequias Barros (PRP) e Osias Moraes (PRB).

Para eles, as “roupas coloridas” aludiriam às cores do arco-íris, símbolo do movimento gay. “Diversidade” deveria ser a diversidade sexual, para crianças da pré-escola!

Apenas uma mente obtusa para imaginar que os professores da rede pública não estejam preparados para trabalhar os conteúdos curriculares de forma adequada à idade das crianças.

Neste caso, a apresentação sobre diversidade na pré-escola fazia parte de um projeto para valorizar as diferenças entre as pessoas.

O projeto educacional utiliza imagens da Turma da Mônica para os alunos aprenderem que não há nada de errado em ser diferente. E o respeito à diferença é um tema necessário na formação dos nossos crianças nestes tempos de intolerância.

É importante para a formação dos jovens que aprendam a reconhecer o diferente e saber que ele também tem direitos iguais aos seus.

É isto o que não concebem aqueles que pretendem subjugar a escola a um con-



Cartaz da Turma da Mônica para projeto do governo federal sobre o respeito à diversidade, que foi utilizado na pré-escola

Ela faz frente à compreensão que vem crescendo para se realizar o Dia das Famílias.

Inclusiva, a ideia reconhece que nem todos tem pai e mãe. Tem só mãe, só pai, padrasto, madrasta, avô, avô, pai e pai, mãe e mãe. Os arranjos familiares não se resumem a uma formação idealizada.

As diferenças de gênero, de sexo, de etnia, religiosas, sociais, culturais e econômicas não podem ser ignoradas pela escola.

Não foi à toa que as expressões diversidade e cores assustou a claque fundamentalista. O que pretendem os propositores do projeto “escola sem partido” é impor a doutrinação de uma concepção ideológica que toma por base a superioridade branca, masculina, heteronormativa, cristã e de classe média. O que for diferente deve se adaptar ao padrão. Seria o retorno ao

totalitarismo patriarcal.

Esta posição é reforçada por outro projeto do pastor. Este afirma que, até os 16 anos, a responsabilidade pelos filhos é dos pais. A escola deveria, portanto, se submeter a aquilo que os pais permitissem.

É de se imaginar como o professor se portaria numa turma em que há filho de cristão, filho de candomblecista e filho de muçulmano? Ignorando as diferenças para que se reconheça apenas uma religião ou abordando-as com responsabilidade para que todos compreendam os conceitos e valores destas e outras concepções?

Para Ferro, “professores não respeitam os preceitos morais de cada família” e seriam responsáveis por uma erotização precoce das crianças por usar materiais com obscenidade ou pornografia. Certamente se referia a aulas de ciência para estudantes conhecerem o corpo humano. A erotização está nas mentes obtusas.

trole fascista. Uma escola onde se impõe o que se pode ou não ensinar.

O projeto “escola sem partido” coloca proibições aos professores. Diz explicitamente que o professor não pode se aproveitar da “audiência cativa dos alunos” para “promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas ou partidárias”. Acusa genericamente como se os professores fossem prosélitos.

Para isto, eles propõe que se coloque nas salas os deveres dos professores e as proibições para que estudantes possam denunciar seus professores, criando clima policialesco de controle e censura.

Outros projetos

O vereador tucano também tem outros projetos que visam vincular a escola a um programa político conservador. Ele é autor de uma proposta que proíbe se falar de sexualidade em sala de aula. A não ser para explicar a reprodução.

Uma terceira proposta

do pastor é obrigar as escolas a realizarem atividades pelo Dia das Mães e Dia dos Pais.

Existe a tal “ideologia de gênero”?

Maira Zapater

A hierarquização de diferenças é o primeiro passo para a produção de injustiças: ensinar por gerações que há coisas e lugares “de homem” e “de mulher” ajuda a conservar conceitos e perpetuá-los em ações: nesse universo de valores hierarquizados conforme o sexo (que é, neste contexto, confundido com o gênero), nada melhor que “ser macho”, e nada pior que “ser mulherzinha”. Essa valorização perversa ensina, de geração em geração, que é compreensível um rapaz censurar sua namorada por usar certo tipo de roupa (pois mulher que usa roupa “de puta” estaria em uma escala “inferior” de mulher, e cabe ao seu homem determinar que ela não deve se portar como tal), ou que “não levar desaforo pra casa é coisa de macho” (e

ai aquele que evita a violência física é “menos macho”, e “ser macho” nessa ordem hierárquica é considerado o topo da cadeia de valores positivos). Ensina que “que gay precisa apanhar pra virar macho” (sendo a homossexualidade hierarquizada como algo “ruim”, e que deve ser “melhorada” e transformada em “macheza”) e que “macho traído tem que lavar sua honra com sangue se não quiser ser corno” (pois o homem que não controla sua mulher é, neste contexto, “menos macho”).

Essas ideias exemplificadas do que é “ser homem” ou “ser mulher” não decorrem da genitália com a qual o indivíduo nasce (nem de seus hormônios, ou de seus cromossomos XX e XY), mas sim são passadas de geração em geração, variando de um lu-

gar para outro, sempre sob o risco de se conservarem injustas quando não questionadas.

É exatamente este tipo de questionamento que se pretende fomentar com a introdução de discussões sobre gênero e diversidade sexual no currículo escolar. São essas variantes históricas e culturais que se pretende estudar.

Por isso, nada mais equivocado do que alguns grupos sociais têm chamado de “ideologia de gênero”. A própria expressão carrega equívocos que evidenciam o pouco (ou nenhum) conhecimento de quem a cunhou sobre o tema, e por isso é importante tentarmos compreender do que falam aqueles que afirmam lutar contra essa tal “ideologia”.

Maira Zapater é professora e pesquisadora em Direitos Humanos.